

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (CONTINUAÇÃO)...

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais) DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC			
	2º semestre 2015	31.12. 2015	31.12.2014 Reapresentado
Lucro Líquido	157.944	204.077	148.064
Ajustado Por:			
Depreciação/Amortização	10.400	20.129	16.077
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	93.059	307.072	400.140
Reversão p/ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.243)	(186.911)	(239.187)
Provisão para contingências	10.900	21.181	4.128
Reversão para provisão para contingências	(3.977)	(5.008)	(1.949)
Provisão para outros créditos	198	499	1.827
Provisão para desvalorização de outros bens	(1.043)	(1.685)	(940)
Ajuste de Mercado – TVM	1.112	1.578	1.776
Provisão atuarial	(1.812)	(5.695)	(2.100)
Impostos Diferidos	(62.178)	(53.429)	(50.140)
Lucro Líquido Ajustado	150.360	301.808	277.696
Variação de Ativos e Obrigações	78.887	149.470	(341.444)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(59.954)	(9.720)	(17.725)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	255.251	197.269	(363.535)
(Aumento)/Redução em Recursos Aceites financeiras	53.665	64.041	(26.675)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras/ Interdependências	5.017	185.715	(37.062)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(158.566)	(462.984)	(428.641)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	66.631	150.298	84.937
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	256	643	1.234
Aumento/(Redução) em Depósitos	(443.983)	(209.305)	290.231
Aumento/(Redução) em Obrigações por Operações Compromissadas	370.344	226.514	164.276
Aumento/(Redução) em Obrigações por repasse no País	(172)	(347)	95
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimo	(950)	(976)	976
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(8.652)	8.322	(9.555)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	229.247	451.278	(63.748)
Impostos e contribuição Social Pagos	(65.589)	(146.777)	(127.162)
Fluxo das atividades operacionais	163.658	304.501	(190.910)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Alienação de Imobilizado de Uso	-	3.910	5.326
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8.862)	(21.750)	(33.162)
Alienação no Intangível	84	84	581
Aplicação no Intangível	(5.374)	(10.026)	(16.910)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(14.152)	(27.782)	(44.165)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Dividendos	(30.687)	(30.687)	(53.680)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(27.902)	(35.573)	(31.201)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(58.589)	(66.260)	(84.881)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	90.917	210.459	(319.956)
Início do Período	658.373	538.831	858.787
Fim do Período	749.290	749.290	538.831
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	90.917	210.459	(319.956)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA			
	2º semestre 2015	31.12.2015	31.12.2014
1 – RECEITAS	830.883	1.551.353	1.237.627
Intermediação financeira	815.074	1.568.163	1.314.506
Prestação de Serviços	37.998	71.405	59.894
Provisão / Reversão de créditos de liquidação duvidosa	(31.065)	(112.452)	(162.338)
Outras	8.876	24.237	25.565
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(366.982)	(709.413)	(561.176)
Captação	(222.191)	(421.095)	(355.356)
Obrigação por Empréstimos e Repasses	(133)	(368)	(129)
Câmbio	(419)	(785)	(1.381)
Títulos e valores mobiliários	(144.239)	(287.165)	(204.310)
3 – INSUMOS ADQUIRIDO S DE TERCEIROS	(112.079)	(194.414)	(162.383)
Materiais, energia e outros	(8.263)	(15.098)	(11.129)
Serviços de terceiros	(104.091)	(193.762)	(166.132)
Perda/recuperação de valores ativos	275	14.446	14.878

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA			
	2º semestre 2015	31.12.2015	31.12.2014
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	351.822	647.526	514.068
5 – RETENÇÕES	(10.400)	(20.129)	(16.077)
Amortização	(3.952)	(7.539)	(4.978)
Depreciação	(6.448)	(12.590)	(11.099)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO	341.422	627.397	497.991
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	341.422	627.397	497.991
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	341.422	627.397	497.991
8.1 – Pessoal	131.754	239.443	191.505
Remuneração direta	91.410	167.718	131.665
Benefícios	34.430	59.924	50.353
FGTS	5.914	11.801	9.487
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	46.715	174.358	151.888
Federais	44.815	170.383	148.476
Estaduais	-	-	2
Municipais	1.900	3.975	3.410
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	5.009	9.519	6.534
Aluguéis	5.009	9.519	6.534
8.4 - Remuneração de capitais próprios	157.944	204.077	148.064
Juros sobre Capital Próprio	27.902	35.573	25.427
Dividendos	46.058	46.058	33.799
Lucros retidos no semestre	83.984	122.446	88.838
8.5 – Valor Adicionado distribuído	341.422	627.397	497.991

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ ("Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).
Resolução nº 4.224/15 – Benefícios a Empregados(CPC33– produzirá efeito de 1 de janeiro de 2016).
Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos conceituais básicos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco. Os pronunciamentos CPC 10 e CPC 23 não produzem efeitos relevantes na elaboração das demonstrações contábeis do Banco.

As demonstrações contábeis do Banco foram aprovadas pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2016.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito;